

Obama, McCain e as “Não-Questões”: o Doméstico e o Internacional

Obama, McCain and the “Non-Issues”: Domestic and International ones

CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

Meridiano 47 n. 46, jun. 2008 [p. 12 a 19]

Depois de um período intenso de primárias, principalmente do lado democrata, que culminou com a desistência de Hillary Clinton da disputa e a confirmação do nome de Barack Obama como o candidato do partido à eleição presidencial, a corrida à Casa Branca entrou em um período de relativa desaceleração. Transitando dos embates intra ao entre-partidário de 4 de Novembro, este período antecede as convenções partidárias (25 a 28/08 para os democratas e 01 a 04/09 para os republicanos) e é marcado por três dimensões. Primeiro, a reconciliação interna entre as facções e aliados dos candidatos derrotados com o candidato vencedor, fundamental para uma campanha nacional unificada que garanta a transferência do apoio dos eleitores fiéis e da base ao nome escolhido. Segundo, as negociações para a escolha do vice-presidente e com grupos de interesse. Terceiro, a busca tentativa de quais temas terão maior ressonância com o eleitorado, adaptando o discurso prévio ao pleito nacional e ao adversário a ser enfrentado.

Se republicanos e democratas empenham-se igualmente na segunda destas dimensões, na primeira os republicanos tem enfrentado este desafio antecipadamente, uma vez que a candidatura McCain foi confirmada três meses antes do que a de Obama. Todavia, esta vantagem parece não ter surtido os efeitos desejados, uma vez que a candidatura McCain continua sendo de difícil apelo político e econômico a grupos mais conservadores, enquanto os democratas

aceleraram suas promessas de unidade, com a própria Hillary reafirmando seu compromisso com o partido. Esta tendência de distanciamento de McCain destas bases pode, contudo, alterar-se à medida que se intensifique a campanha e a vantagem democrata, gerando o fenômeno do voto útil (alguns grupos da coalizão cristã já se comprometeram a apoiá-lo recentemente).

Por fim, a terceira dimensão tem se provado a mais desafiadora, girando em torno dos temas de campanha e das “não-questões”: assuntos controversos que demandam uma maior clareza dos candidatos e que revelam forças e fraquezas, expondo linhas de fratura pessoais, nacionais e internacionais. Mais ainda, estes tópicos trazem à tona o que se precisa saber destes candidatos (e do futuro dos EUA), a partir não só daquilo que está escrito ou falado, mas do que se encontra subjacente a cada discurso.

A. O Perfil dos Candidatos

A.1) *Experiência, Idade, Raça e Religião*

Desde o início tanto Obama quanto McCain procuraram apresentar-se como candidatos “diferentes” na corrida presidencial: *outsiders* frente ao poder estabelecido, a despeito de ocuparem cadeiras no Senado, prometendo não repetir as práticas políticas de Washington. Cada qual tem como prioridade a reforma do sistema a partir de dentro,

* Professora de Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

alegando não ter se contaminado por seus vícios, cruzando a linha do Legislativo ao Executivo. Em termos de trajetória política, optaram por abrir mão do tema “experiência”, normalmente entendida como “administrativa”, procurando focar em sua história. Se este viés ressalta independência frente ao que se define como *establishment* e os grupos de interesse, ele gera vulnerabilidade por focar em “não-questões” de cunho pessoal: Idade, Raça e Religião.

Em termos de Idade, Obama e McCain encontram-se em extremos de geração, podendo ser criticados por sua juventude ou maturidade, o que leva à busca de uma certa aura de atemporalidade. Os resultados tem sido mesclados, pois esta “atemporalidade” se por um lado elimina críticas de despreparo e desconhecimento (Obama) ou de condição de saúde e longa trajetória em Washington (McCain) também elimina pontos positivos que ambos podem apresentar às parcelas do eleitorado que mais os favorecem: os jovens e os mais velhos (independentes e conservadores).

Para McCain, esta atemporalidade insere uma contradição: ao mesmo tempo em que busca distanciar-se do passado, McCain o busca para dar sustentação e visibilidade ao seu perfil de conservador clássico em oposição ao neoconservadorismo Bush. O candidato visa suprir deficiências já experimentadas em suas tentativas anteriores de concorrer à presidência (tendo falhado em obter a indicação do partido previamente) como a falta de carisma, baixa arrecadação, dificuldade de relacionamento com minorias e grupos de interesse e a associação com o partido republicano de um presidente impopular e de um país em crise. Tal sustentação baseia-se na tentativa de explorar o *gap* geracional e demonstrar maior preparo para lidar com crises (tática já fracassada na campanha de Clinton ainda que McCain evite o termo “experiência”) e na apresentação de sua *performance* no Senado como republicano moderado e independente.

Esta vulnerabilidade tem sido de difícil administração pelos republicanos e muitos sugerem que o partido fez uma escolha equivocada como em 1996 quando indicou Robert Dole para concorrer contra Bill Clinton. Naquele momento, o nome de

Dole ganhou força como o de McCain em 2008 pela ausência de candidaturas unificadoras do âmbito conservador, devido às ofensivas de Clinton e sua popularidade, com o partido considerando a eleição perdida. A tática foi focar em 2000 e alguns indicadores apontam que o mesmo poderia estar acontecendo agora.

Se explora-se a fraqueza de McCain na idade, situação similar se repete na temática racial com maior peso para os democratas. Além de seus enfoque específicos, esta agenda ampliada engloba os direitos civis, sociais e a percepção (e mesmo realidade) de qual é a face da América. Paralelamente, a opção religiosa e que papel ela desempenha no Estado secular norte-americano. Para Obama, estas discussões foram colocadas desde o início como “não-questões”, definindo-se uma agenda positiva em discursos e livros como *Audácia da Esperança* (2007) e *A Origem dos Meus Sonhos* (2008).

Antes de ser rotulado pelos oponentes, Obama apresentou-se ao público, fortalecido por seu carisma, como um homem de reconciliação de valores, um candidato pós-racial: um retrato da América presente e passada, produto de um mundo global e interdependente (a qual antes se aplicava a idéia do *melting pot*). Também como representante da modernidade, a campanha de Obama ganhou um peso no mundo virtual, fazendo uso da Internet para divulgação de seu programa de governo, arrecadação e para atingir grupos normalmente desinteressados na política como o eleitorado jovem abaixo dos trinta anos. A renovação no partido democrata foi ressaltada, assim como a necessidade de lidar com temas não abordados tradicionalmente por este campo como fé e religião, mas que ganharam espaço entre os eleitores nas últimas duas décadas. Sem se afastar de seu compromisso com o secularismo ou com os direitos civis e sociais em tópicos como raça, orientação sexual e aborto, Obama deixou claro o significado da religião e da fé em sua vida. De forma abrangente, apresentou-se como o candidato de uma só América por pertencer, justamente, a vários mundos.

Muito bem sucedida, esta primeira ofensiva começou a sofrer os revezes normais do jogo

político devido ao prolongamento das primárias e ao crescimento nacional do fenômeno Obama. Episódios associados ao Pastor Jeremiah Wright, com declarações polêmicas e agressivas que contrariavam o discurso reconciliador, a associação com radicais nos anos 1960 começaram a ganhar peso na mídia conservadora, avançando até a moderada. Declarações do próprio Obama sobre o eleitorado mais conservador como “amargo, defensor das armas e que somente vai à Igreja”, contrariando suas colocações como um candidato religioso e que respeita diferenças, e de sua esposa Michelle (que somente agora teria “orgulho” de ser americana) foram bastante exploradas.

Da parte democrata, isto forçou uma reação do candidato no sentido de recuperar os temas que ele mesmo definira como “não-questões” e moderar seus discursos internos e, como se verá, externos, moldando-os não mais só ao público democrata, mas ao nacional. O afastamento do candidato de figuras polêmicas como Wright com sua saída da Igreja comandada por este pastor, a sua definição como cristão (e não muçulmano), a divulgação mais clara de planos de governo, a relativização do papel de radicais de esquerda, o distanciamento de personalidades da direita como Brzezinski fizeram parte deste processo.

Retomou-se ao padrão positivo de responder as acusações com diálogo e não com críticas. Entretanto, a transição da campanha intra para a entre partidária é cada vez mais complexa uma vez que os republicanos ressaltam a mudança de posições do candidato em áreas como religião, imigração, livre comércio e Iraque. Sintetizadas na expressão *flip-flop* (expressão usada contra Kerry em 2004 que significa oscilar e mudar escolhas), estas críticas são um reflexo natural da larga pauta abordada por Obama nas primárias de maneira genérica resumida a expressões como “Mudança na qual Podemos Acreditar” e “Reconciliação” e que procuravam apresentar discursos condizentes com cada público.

Nas primárias, Hillary chegou a explorar parte destas contradições e o que seria o perfil liberal à esquerda de Obama, mas certos limites foram

respeitados para não provocar uma fragmentação sem volta do partido que prejudicasse suas chances em Novembro. Porém, este compromisso certamente não existe do lado republicano, ainda que McCain negue-se a usar estas táticas. Obama tem deixado de ser o candidato *Teflon* para ser um candidato normal, com seus adversários explorando suas idas e vindas e as críticas que o seu partido, no grupo aliado a Clinton, realizou. Entretanto, Obama ainda tem uma considerável vantagem sobre McCain no campo da arrecadação de fundos (abrindo mão do financiamento público) e na produção de *slogans*. Por sua vez, a campanha republicana resume-se à idéia do “Straight Talk”, faltando elementos que motivem o eleitorado.

A.2) Liberal, Conservador ou Reconciliador?

Como mencionado, ambos os candidatos colocam-se como *outsiders* a Washington apesar do *gap* geracional, diferentes origens e experiências pessoais, prometendo um salto qualitativo na forma como a política vem sendo feita nos EUA. Em uma era de polarizações sociais, raciais, religiosas e políticas, incrementada pela presidência W. Bush e aprofundadas no pós-11/09, ambos se colocam como reconciliadores, ultrapassando as disputas bipartidárias que paralisam a nação. A convergência programática neste campo reflete o descrédito da opinião pública, a ausência de diálogo entre grupos diversos e a transição societária, com consequências para a administração nacional.

Para os candidatos, esta situação resume-se ao descompasso entre os interesses do Estado e da Sociedade, privatizando a administração pública para os *lobbies*, recuperando argumentos de autores como Chalmers Johnson na trilogia *Blowback* e de Zakaria em artigo na edição *on line* de *Foreign Affairs* de Maio/Junho 2008 (“The future of American power- how can America survive the rise of the rest”). Zakaria chega a afirmar que não há nada fundamentalmente errado na economia dos EUA, que continua mostrando vigor, e que o problema reside na falta de disposição política em mudar e conciliar.

Existiria uma América “real” e uma América vista a partir de “Washington”, sendo que esta última

prejudica o bom andamento dos negócios nacionais e externos do país. Embora possa concordar-se com parte do argumento, de que existe a interpenetração da política pelos interesses particulares levando à privatização e polarização que, nas palavras de Zakaria, faz com que a política tenha “perdido a capacidade de consertar seus defeitos”, ao mesmo tempo é difícil negar que esta separação foi gerada por este próprio sistema. Afinal, a dinâmica social que favoreceu essas realidades data dos anos 1970/1980, não se resumindo ao governo Bush filho ou a este “mundo particular” que seria a capital federal.

Em meio a estas transições e crises, a pergunta essencial, por vezes, acaba não sendo respondida: quem são Obama e McCain, independente de como ambos se definem, moderados e reconciliadores? Na prática, não existe uma resposta simples: se McCain possui um histórico de construção de consensos no Senado, de realizar pontes bipartidárias, Obama caminha para o lado oposto com decisões que tenderam ou à esquerda dos democratas e republicanos moderados ou à abstenção em votações importantes (algo que certamente será explorado pelos republicanos como o foi por Hillary). Ao mesmo tempo, Obama não detém uma passagem longa pelo Congresso para que um padrão possa ser estabelecido, ocupando o cargo de Senador desde 2004, enquanto o de McCain justamente por sua longevidade pode ser negativamente apresentado pela ausência de mudança.

A tendência é que ambos tentarão reforçar e construir sua imagem ao longo da campanha, desafio melhor superado por Obama, mas que trouxe algumas inconsistências ao discurso e necessidades de ajustes. Esta volatilidade, nas palavras republicanas, será crucial nos *swing states*, que tem votado pelos conservadores nas últimas eleições (Florida) e nos *battleground states*, percebidos em aberto na disputa que podem ser conquistados por ambos (Pensilvânia, Indiana, Virgínia, Wisconsin, Nebraska). Do lado republicano, se parece não haver em McCain esta fluidez (mesmo com seu relacionamento pendular de aproximação e distanciamento com Bush filho), falta-lhe uma real

mensagem e algo que o desligue e da imagem de um político preso ao passado. Segundo previsões do dia 08/07/2008 dos sites independentes *realclearpolitics.com* e *electoral-vote.com*, Obama possuiria 320 votos eleitorais contra 218 de McCain (sendo necessários 270 para a eleição).

Todavia, a campanha nacional está em sua fase inicial e estes números tendem a mudar a partir dos meses de Agosto e Setembro, na sequência das convenções nacionais, e dos debates televisivos, somando-se às não-questões domésticas, as internacionais.

B) As Transformações Estruturais

B.1) O Poder Norte-Americano e o Mundo

Analisando a agenda da política externa dos dois candidatos, ambos são críticos abertos das políticas de George W. Bush em seus aspectos doutrinários e táticos, prometendo alterações. Todavia, independente deste curso de ajustes, sendo a “mudança” melhor capitalizada pela candidatura Obama existe um elevado sentido de permanência no que se refere às percepções relativas ao poder americano, apresentando a crise dos EUA como conjuntural e não estrutural, particular à presidência Bush. Ao matizar esta crise e localizá-la a um momento específico no tempo, pode-se indicar que os dois partidos chegarão ao poder com uma visão tão equivocada da hegemonia quanto a de Bush filho (similar, portanto, na consideração da força nacional), o que levará a um ajuste incompleto. Assim, administrar o novo *status* do poder dos EUA, dentro de um sistema internacional modificado, é uma não-questão para democratas e republicanos, existindo um descompasso entre o poder nacional, o internacionalismo e o sentimento isolacionista.

As mudanças estruturais referem-se às alterações do equilíbrio de poder mundial e da economia doméstica. Apesar de manterem sua posição hegemônica, os EUA se defrontam com um cenário bastante complexo, no qual os tradicionais eixos de poder ocidentais, estadunidense e europeu são confrontados pela ascensão de “novas” potências emergentes como China, Índia, África do Sul e Brasil

(a renascente Rússia). Frente a este cenário, somando ainda a ascensão da Europa Ocidental e Japão, dois enfoques se destacam, com previsões distintas.

O primeiro, positivo, refere-se à criação do mundo pós-Americano (Zakaria, 2008, "The future of American Power" em *Foreign Affairs* May/June) que assumiria um formato multipolar ou mesmo apolar (HAAS, Richard. "The age of non-polarity". *Foreign Affairs on line*, May/June 2008). A concentração de poder nos vértices regionais levaria a uma maior democratização, gerando uma diminuição dos ônus e demandas da hegemonia que se converteria em apenas mais um destes pólos. Para Haass esta seria "uma nova ordem mundial mais nova ainda" e estes Estados passariam a conviver cada vez mais com atores transnacionais. Este enfoque mescla visões liberais associadas à solidificação do papel dos agentes não-estatais, o poder dos novos temas como direitos humanos e meio ambiente, a conceitos geopolíticos clássicos como equilíbrio de poder.

O segundo cenário, agora com teor mais tradicional e pessimista (realista), indica que esta movimentação de ascensão e declínio das potências levaria a uma nova competição internacional (KAGAN, Robert. "End of dreams, return of history". August & September 2007. *Policy Review*). Adicionalmente, outras três grandes tendências de mudança na segurança nacional surgem como desafios, conforme descrito por Kissinger: "a) a transformação do sistema estatal tradicional da Europa b) o desafio do islamismo radical (...) c) o deslocamento do centro de gravidade dos assuntos internacionais do Atlântico para as regiões dos Oceanos Índico e Pacífico" (KISSINGER, "É preciso reavaliar a segurança nacional". *OESP*, 20/04/2008)

Em resumo, enquanto a campanha de Obama se aproximaria da primeira interpretação, a de McCain se encaixa na segunda. Parece, assim, que a campanha de Obama estaria mais próxima de realizar um salto qualitativo na política externa, promovendo este novo "ordenamento internacional". Todavia, um exame mais profundo do programa de governo, e dos membros da equipe internacional do candidato democrata, revela importantes limites a esta avaliação. O mesmo ocorre com o programa de McCain, com

a diferença de que este candidato não centra as suas propostas na retórica da mudança.

Primeiro, a despeito da identificação dos emergentes em tendência de ascensão, associada ao relativo encolhimento dos EUA não existem medidas concretas que possam dar conta deste novo padrão sistêmico, em especial no que se refere à atualização/reforma de OIGs. Segundo, apesar dos democratas indicarem a necessidade de uma recuperação da credibilidade e legitimidade da liderança, focando no multilateralismo, o discurso preventivo pode ser encontrado tanto em Obama (*Audácia da Esperança*, 2007) como em McCain. Finalmente, esta visão preventiva é acompanhada pelo intervencionismo, principalmente no que se refere às questões relativas à segurança nacional, ao Terceiro Mundo, preocupações humanitárias e ambientais. Em meio a estas convergências, resta como o grande contencioso entre as campanhas a discussão em torno da Guerra do Iraque e, de forma mais abrangente, da Guerra Global contra o Terror (GWT).

Embora McCain prometa ajustar as medidas de Bush em ambas para trazer maior eficiência, sua política é similar, alegando que qualquer mudança na postura dos EUA seria interpretada como sinal de fraqueza pelos inimigos e uma desonra. Tem-se, assim, uma visão clássica de guerra e poder. Por seu passado militar, este é um dos campos no qual McCain explora sua experiência/idade, com ecos do Vietnã: a saída somente após a vitória.

No outro extremo, Obama tratou a questão iraquiana durante toda a campanha das primárias de um ponto de vista pacifista, buscando contrapor-se a Hillary Clinton que havia votado a favor da guerra em 2002 e apoiado a invasão em 2003. A definição da guerra como uma escolha e não como uma necessidade foi apresentada como central. Obama, além disso, prometeu que, caso eleito, retiraria as tropas do país de 12 a 16 meses após sua posse, atribuindo aos iraquianos a responsabilidade por seus destinos. Além de prejudicar a economia e sociedade, a guerra afastou o país de seus aliados, visando a reconciliação. A reconciliação apareceu adicionalmente sob a promessa de uma alteração

de políticas com relação aos Estados bandidos, Irã e Venezuela, propondo-se uma agenda de negociações e não de prevenção (a Coreia do Norte é um caso mais sensível como se analisará no B2).

Uma “vantagem” de Obama é que não estava ainda no Legislativo quando da decisão pela Guerra do Iraque (seu mandato começa em 2004 no Senado e estas negociações referem-se ao biênio 2002/2003). O candidato “escapou” da votação para fornecer a Bush a autorização para a guerra, o que lhe permitiu durante a campanha democrata explorar este viés pacifista. Entretanto, este “pacifismo” associado ao que os críticos republicanos definiram como apaziguamento dos inimigos (Bush comparou as ações de Obama às ocidentais frente a Hitler nos anos 1930) já tem apresentado custos. Matizando este discurso inicial, o candidato procura caminhar mais ao centro, o que é visto com desconfiança pelos moderados e conservadores (novamente a acusação de *flip flop*) e o afasta da esquerda mais liberal que se ressentia deste ajuste mais conservador.

Mais do que diferenças, os candidatos compartilham semelhanças ao lidar com as transformações estruturais do mundo e do poder americano, havendo continuidade em suas equipes. Em Obama a aproximação com o *staff* de Clinton foi incorporada destacando-se Anthony Lake como o mais conhecido e experiente da equipe, acompanhado por uma nova geração de estrategistas ligados ao mundo acadêmico e *think tanks* como Richard Danzig, Jonathan Frattion, Sarah Sewall, Gregory Craig, Susan Rice). Os assessores de McCain são oriundos de uma mescla de administrações passadas com nomes que abrangem desde o espectro neocon com Robert Kagan e William Kristol, até realistas tradicionais como Henry Kissinger e Richard Armitage, além do antigo diretor da CIA James Woosley.

A reforma é limitada a instituições como a OTAN por meio de expansão a países menores, enquanto organismos mais sensíveis como ONU, G8 continuam em compasso de espera. Simbólicas desta dificuldade estão as recentes declarações de líderes políticos do G8 como Berlusconi, com manifestações da diplomacia dos EUA, de que Brasil e Índia não deveriam ser incorporados a este organismo.

Paralelamente, com relação ao G8, McCain optou por uma retórica diferenciada: incluir estes países às custas da saída da Rússia, sem ações mais diretas com relação à China. McCain, somente como um adendo, com relação à Rússia, tem demonstrado uma visão presa à Guerra Fria, enquadrando-a como nação hostil.

Outro exemplo de descompasso entre o discurso hegemônico e a prática é o abandono do papel como motor da liberalização do comércio internacional, tema que ambos procuram evitar. Internamente, a crise econômica associada às mudanças sociais, provocaram o fortalecimento de uma postura protecionista e isolacionista. A aceleração dos déficits comerciais e federais, as tensões nos mercados de crédito são tanto geradores como reflexo destas crises, havendo um descolamento entre o discurso pró-abertura e o fechamento das fronteiras.

Embora McCain se apresente mais favorável ao livre comércio do que Obama sua campanha revela contradições sobre o tema no campo da OMC e ambos têm dificuldade em lidar com o NAFTA e a terceirização de empregos *off-shore*. O NAFTA, neste sentido, é para Obama, uma não-questão similar ao Iraque, uma vez que toda a sua campanha das primárias foi centrada na definição deste acordo como prejudicial, e, na disputa nacional, estas críticas foram moderadas, existindo a divulgação de documentos secretos de campanha a autoridades canadenses nos quais ele desmentia que abriria mão do acordo. Dinâmica similar observa-se com relação aos tratados de livre comércio bilaterais com Colômbia, Chile e diversas nações da América Central.

A tendência é que se preserve o ritmo das presidências anteriores, um Executivo pró-livre comércio, pressionado pelo Legislativo protecionista. Outros temas sensíveis e nos quais esta paralisia poderá existir (independente da possibilidade de que Executivo e Legislativo sejam controlados pelo mesmo partido, o que já ocorreu com Clinton e W. Bush) são: reforma da previdência social, imigração, sistema de saúde e impostos. Finalmente, outra discussão sensível a ser evitada é sobre os avanços republicanos atuais.

B.2) O Legado Positivo de Bush

Depois de tantos anos de críticas, parece até contraditório afirmar que os candidatos não desejem discutir o legado positivo de Bush, podendo-se indagar se existiria algo para ser lembrado. Entre prós e contras, os contras superam os prós, e muitos dos prós somente existem por conta de necessidades de readaptação hegemônica devido a erros anteriores, mas não é possível ignorar que algumas iniciativas merecem atenção, principalmente no segundo mandato. Tais iniciativas permitiram um reforço do poder norte-americano em algumas instâncias como sinalizam possibilidades concretas de revisão associadas às transformações do item B1.

Simbólico deste legado “positivo” é o novo artigo da Secretária de Estado Condoleezza Rice para *Foreign Affairs* (“Rethinking the national interest- American realism for a new world”, July/August 2008), no qual é realizado um balanço da administração Bush. Parte importante deste balanço é uma espécie de *mea culpa* com relação ao texto anterior publicado neste mesmo *journal* em 2000. Neste artigo, Rice, ainda em campanha por Bush (e depois no primeiro mandato à frente do Conselho de Segurança Nacional), defendia uma política externa minimalista centrada no poder militar, em detrimento do *soft power* e das intervenções humanitárias características da Era Clinton. Relativizava-se a centralidade das OIGs, pendendo ao unipolarismo e unilateralismo. A política internacional era percebida por um prisma quase que exclusivamente estatal, reduzindo a relevância de fenômenos transnacionais.

Em 2008, contudo, a maioria destas visões não mais se sustenta, com Rice admitindo a necessidade da revisão do interesse nacional e a existência de mudanças geopolíticas no sistema, simbolizados pela ascensão dos pólos regionais e a emergência de riscos renovados como o terrorismo. Esta percepção da conformação de um novo equilíbrio de poder é, talvez, o maior legado positivo da presidência Bush, ainda que tenha sido um processo iniciado para tentar matizar o encolhimento e isolamento gerado pelos neoconservadores. Foram reavaliados relacionamentos com países como Brasil, Índia, Rússia, Japão, União Européia e China, tentando

adaptar as OIGs a esta realidade. Tais relacionamentos receberam uma atenção diferenciada devido à crescente influência regional e global destas nações, seu peso nas OIGs, suas iniciativas políticas autônomas e o reforço de poder de barganha nos campos político, estratégico, diplomático e energético.

Movimentos interessantes resultaram destes ajustes: o Acordo Nuclear EUA-Índia, a parceria energética com o Brasil no campo dos biocombustíveis, a triangulação com o Brasil ainda na América do Sul para estabilidade local, e com a Rússia na Ásia Central, as trocas econômicas com a China, são apenas alguns dados que podem ser mencionados. Com relação à UE, Japão, Rússia e à China, movimentos estratégicos e diplomáticos relevantes foram observados em três questões específicas relativas à proliferação nuclear e estabilidade regional: OTAN, Irã e Coreia do Norte.

Em todas estas dimensões, houve o entrecruzamento das potências, revelando facetas de cooperação e conflito. No governo Bush, a OTAN experimentou ambas: uma expansão bem sucedida ao leste, colocando pressão sobre a Rússia, aproximação cada vez mais ampla com estes novos membros e oscilações na parceria transatlântica por causa do unilateralismo da Guerra do Iraque, somadas as dificuldades no Afeganistão. Com a Rússia, também existiram tensões sobre o escudo anti-mísseis e divergências nas negociações com o Irã (que se repetiu com a China), nas quais contou com o apoio da UE. Porém, com China, Rússia, Japão, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, estabeleceu-se um eficiente mecanismo multilateral, a Conversação de Seis Partes (*Six Party Talk*), para administrar a crise nuclear da Coreia do Norte.

Em oposição às táticas aplicadas ao Oriente Médio (Iraque, Afeganistão e Irã) para lidar com a situação coreana, o governo norte-americano optou pelos canais multilaterais, em consonância com as Nações Unidas e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Localizada em um cenário geopolítico complexo, a Coreia do Norte, também um membro do Eixo do Mal não foi alvo de intervenção preventiva, mas sim de isolamento e contenção com

o apoio destas demais potências (para uma visão desta situação ver PECEQUILLO, "A Ameaça que vem do Norte", em *Meridiano 47*, 2003).

Como resultado, na última semana do mês de Junho de 2008, a Coreia do Norte entregou por meio de autoridades chinesas um documento no qual se compromete a desativar seu programa nuclear em troca de alimentos e energia. Definida pela Casa Branca como um "passo importante, ainda que inicial", sujeito à verificação, esta ação norte-coreana teve como resultado a retirada do país da lista dos países patrocinadores do terrorismo e do ato de comércio com o inimigo. A desativação e posterior destruição do reator de Yognbyon, a suspensão da venda de materias e tecnologias a países como Paquistão, Irã, Iemen, Líbia e Síria, a verificação do restante da infra-estrutura do programa são parte do acordo (demais reatores Youngdokong, Taechon, Pyongyang, Sinpo, instalações de mísseis balísticos Yong-jo ri, Musudan-ri, Sangnam-ri, sítios de mineração de urânio-Pakchon, Sunchon, Pyongsan e de teste nucleares- P'unggye-yok). Para o médio prazo, prevê-se a institucionalização da Conversação das Seis Partes em um mecanismo de segurança para o Nordeste da Ásia (*Northeast Asian Peace and Security Mechanism*).

A dinâmica de pressões e incentivos aplicada à Coreia do Norte, também foi recuperada no projeto da Diplomacia Transformacional do Departamento de Estado, cujas propostas residem na ajuda a países falidos e bandidos que se dispusessem a tornar-se democracia a partir de sua reaproximação à comunidade internacional. Alguns ainda incluíam no campo dos sucessos o Plano Colômbia, a ampliação da presença militar na América do Sul e na Ásia Central e transição do poder em Cuba. Porém, uma Cuba pós-Fidel, as negociações de paz no Oriente Médio e o tratamento da imigração ilegal não são exatamente temas nos quais houve um avanço republicano, como são essencialmente não-questões de campanha devido ao seu elevado apelo a determinados grupos de interesse em estados eleitorais chave: Cuba para a Flórida, Imigração no

Texas, Califórnia, Novo México e Flórida e Oriente Médio Nova Iorque e Flórida novamente.

Lidar com tópicos nos quais houve a readaptação dos neoconservadores, que poderia significar uma continuidade positiva entre a administração que sai e a que entra (e não só lidar com os conhecidos efeitos negativos do governo Bush), é algo que os candidatos, principalmente Obama, relutam em fazer. Para McCain, poderia funcionar como elemento positivo, mas caminharia contra a sua tentativa de demonstrar independência. Adentrar estas questões, como a reforma estrutural externa, novas matrizes energéticas e cooperação neste campo, liberalização comercial esbarra, adicionalmente, no sentimento isolacionista e protecionista da sociedade.

Frente a estas pressões concretas da hegemonia, interna e externa, o que está subjacente ao debate revela duas grandes não questões: será que os EUA poderão, seja com Obama ou McCain construir plataformas de futuro enquanto o passado recente limita a margem de manobra? Será que o país, nesta nova fase histórica, conseguirá recuperar a dualidade que sempre o marcou de ser simultaneamente um poder do *status quo* e revolucionário?

Recebido em 06/07/2008

Aprovado em 10/07/2008

Palavras-chaves: eleição presidencial norte-americana; política externa; Barack Obama

Key words: *United States presidential election; foreign policy; Barack Obama*

Resumo: O artigo trata da eleição presidencial norte-americana e da possibilidade de continuidade e mudança a partir dos candidatos Barack Obama e John McCain.

Abstract: *The article deals with the north american presidential election and the possible ways of continuity and change under the candidates Barack Obama and John McCain.*